

SOBRE A DESNATURALIZAÇÃO DA NATUREZA NORMATIVO SOCIAL⁸⁰

Gustavo Mota⁸¹

RESUMO: Trata-se de discutir o livro *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade*, de Judith Butler, como ela trabalha a questão dos gêneros inteligíveis, que são socialmente mantidos e instituídos nas nossas normas sociais e como os gêneros inteligíveis restringiriam a categoria da identidade, pois seria um termo fixo e que, portanto, subordinaria toda a distinção de sexo e gênero em uma relação binária (masculino/feminino) – a autora se afasta, portanto, da velha distinção de natureza e cultura, mostrando, desta maneira, como atualmente lê-se o discurso sobre gênero e identidade de uma forma tal que restringe e limita – bem como práticas subversivas que fossem capazes de criar novas formas que reorganizariam novas normas sociais.

Palavras-chave: Identidade; Sexo; Gênero; Natureza; Norma.

I

Os embates feministas das últimas décadas, sobretudo após 1980, fizeram insurgir paulatinamente um outro lado na luta pelo reconhecimento, só que desta vez não mais centrado na ideia de identidades particulares, ou seja, na ideia de que existe uma identidade essencializada, como se fosse o caso de, por exemplo, afirmar – diante de uma opressão que é real – uma identidade contra a outra, além da afirmação da existência de uma essência masculina ou feminina onde somente seríamos capazes de portar uma ou outra.

Por esse motivo, quando o termo *Queer* surge dentro deste conjunto teórico – e aqui acho importante salientar o papel de uma teórica feminista chamada Teresa De Lauretis que foi uma das primeiras teóricas a ter a sensibilidade de tratar do tema nesse outro viés – ele entra justamente como termo que não se enquadra em nenhuma categoria, termo não identitário por excelência.

⁸⁰ Este artigo foi escrito de acordo com as aulas ministradas no Primeiro Semestre de 2014, disciplina FLF0115 – Introdução à Filosofia I, pelo Professor Doutor Vladimir P. Safatle. Portanto, utilizei como referência em sua elaboração as próprias aulas e textos disponibilizados pelo professor. Sendo esta publicação, no entanto, uma revisão do trabalho já entregue.

⁸¹ Aluno da Graduação em Filosofia pela Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). E-mail: gustavo.s.mota91@gmail.com



É capitando este ambiente que Judith Butler escreve *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade* e é deste debate teórico, sobre considerações, deste livro e demais questões relevantes de sua obra, que pretendo tratar aqui. Para tanto, procurei desenvolvê-lo, basicamente, em quatro partes.

Na primeira parte, mostro como é sintomático, na obra de Butler, o tema sobre o reconhecimento, porém, pautado na discussão sobre a desconstrução do natural e de novos modos de reconhecimento que não se baseie na noção de identidades particulares, pois, essas identidades produziram um espaço comum a certas identidades e, conseqüentemente, a exclusão daqueles que não se enquadram e/ou não aceitam tais identidades. Sendo assim, vemos como gênero não é, para a autora, atributo de produção de identidades sociais ou culturais, mas sim um atributo *relacional*, ou seja, que me abre para construir uma relação com o desejo do outro.

Por isso, em um segundo momento, mostro como Judith Butler não propõe a velha distinção entre natural e cultural ou social, pois, existe, segundo ela, uma hipótese pré-discursiva do natural, como se o cultural aparecesse somente depois desse natural já produzido anteriormente. E é essa desconfiança com a produção de um pré-discursivo e também porque em última instância, é no campo da natureza que nós fazemos política – ou seja, a natureza é quem garante o modo como nós vamos organizar a nossa vida em sociedade – que Butler irá recusar tal distinção, afirmando que existe uma mimese entre sexo e gênero, entre o natural e a norma social, já que esse sistema binário (masculino/feminino) do sexo, tido como “natural”, restringiria outras possibilidades de gênero, tido como o “cultural”.

Se tal mimese existe e, se é através da natureza que nós fazemos política, então, a tarefa política da obra de Butler é responder como os sujeitos lidam e subvertem as normas produzindo novas formas e, por esse motivo, em um terceiro momento, procurei fazer um pequeno diálogo com Michel Foucault sobre o seu conceito de poder, já que para o filósofo, o poder não é somente coercitivo, ele é, antes de tudo, produtivo e, se o poder tem essa característica múltipla, então, além de o poder não instaurar de uma só vez uma identidade, ele também seria capaz de produzir efeitos aos quais ele mesmo não esperaria. Se as identidades são construídas e existe uma constante repetição para que ela se sustente, então – e aí teríamos o quarto momento – um tipo de repetição que não fosse apenas mimética poderia desarticular a continuidade ilusória da noção de identidade e representação.

Práticas parodísticas de gênero teriam essa função de fazer um tipo de repetição que não fosse simplesmente mimética, denunciando, desta maneira, um tipo de normatividade natural

que, no entanto, é contranatural, já que provem de uma produção de um certo tipo de relação social do poder, fazendo com que as identidades sejam sempre presumidas, delimitadas, demarcadas. A noção de paródia também não é a afirmação de um original contra uma cópia – assim como não se trata de afirmar uma identidade contra a outra – pois, na verdade, não existiria um original a ser parodiado, a paródia é a da própria noção de um original que, simplesmente, não existe.

II

Em 1968, Robert Stoller lança um livro intitulado *Sex and Gender: The Development of Masculinity and Femininity* (Sexo e Gênero: Sobre o Desenvolvimento da Masculinidade e Feminilidade). Nele o psiquiatra fala sobre intervenções cirúrgicas para adaptar a anatomia genital – considerada como “sexo” por ele – com a *identidade* sexual escolhida – considerada como “gênero”. Portanto, temos a primeira distinção entre sexo e gênero no campo clínico. Por um lado, temos o sexo como natural e, por outro lado, o gênero culturalmente construído.

Nas últimas décadas, por meio do contexto feminista, aparecem de maneira mais intensa vários discursos sobre “gênero” e sua distinção do “sexo”. Nesse cenário desponta Judith Butler e seu mais conhecido trabalho, o livro *Problemas de Gênero*, bem como toda a sua obra dedicada ao feminismo, à desconstrução do natural e da identidade, mas acima de tudo, tratando de temas que falam do reconhecimento – importante ressaltar que, não se trata, no caso de Butler, de centralizar o debate sobre reconhecimento na afirmação de identidades particulares, portadoras de certo tipo de essencialidade, como até então circulava em debates entre as teóricas feministas – e, portanto, de quem é reconhecidamente humano e quem não é.

Segundo Butler, serão reconhecidamente humanos aqueles que se enquadrarem naquilo que ela chama de *gêneros inteligíveis*, que seriam aquelas pessoas que “mantêm relação de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo” (BUTLER, 2003, p. 38). A partir do momento em que há uma definição de quem é considerado reconhecidamente humano e quem não é, vemos como o poder – dispositivo estudado por Foucault e adotado pela autora – age de duas maneiras diferentes, mas não antagônicas, constituindo a norma (a regra, a lei) e o espaço da abjeção, da exclusão daqueles que não se enquadram e/ou não aceitam a categoria de gêneros “inteligíveis”.

Por meio de uma genealogia crítica – fortemente influenciada por Foucault, e esse último por Nietzsche – das categorias de gênero instituídas como uma relação binária (masculino/feminino), Butler demonstrará como esse binarismo é um produto reificado de práticas

discursivas que funciona como dispositivo de poder. Essa genealogia crítica do binarismo do gênero conduzirá a autora a uma crítica da “distinção” entre sexo e gênero, a qual Stoller escreve em seu livro, ou seja, a ideia de que o sexo é determinado biologicamente, é natural e o gênero é construído culturalmente.

Devemos notar que, apesar de Judith Butler utilizar-se de alguns conceitos trabalhados por Foucault, ambos possuem análises diferentes sobre o tema, haja vista que a noção de “sexualidade” em Foucault discutida na *História da sexualidade: Volume I* é um conceito extremamente crítico, ou seja, tem a função de expor e de descrever o processo segundo o qual as normas foram, de certo modo, engendradas e nos constituíram socialmente. Porém, o conceito de gênero que Butler trabalha não se trata apenas de saber como os sujeitos são sujeitados às normas. Para além disso, é um projeto político que procura entender a maneira como os sujeitos lidam e subvertem as normas, criando espaço para produzir novas formas.

III

Para Judith Butler é essencial fazer uma crítica ao gênero de modo que não se baseie em uma teoria que produza novas identidades sexuais subjetivas, ou seja, para a autora é fundamental liberar a nossa reflexão política da ideia de defesa da identidade. Porém, é importante ressaltar que, ao propor essa liberação de uma ideia de defesa das identidades, Butler não quer extingui-la, muito pelo contrário, ela acredita que, em várias situações estratégicas, a afirmação tática de uma identidade contra uma outra pode sim ter um efeito político importante, ou seja, é necessário que em certas situações o sujeito se coloque como homossexual, como mulher, como negro e etc., mostrando, assim, como certos grupos são mais vulneráveis que outros. Segundo a autora, uma coisa é usar provisoriamente e taticamente a noção de identidade, outra coisa, muito diferente, é compreender a identidade como uma determinação essencial dos sujeitos que a portam.

Judith Butler propõe um discurso no qual a identidade não seja algo ontologicamente assegurada, ou seja, a identidade vista do modo que é hoje transformou uma experiência histórica – que é a identidade de gênero – em uma determinação ontológica. Essa determinação ontológica que cria a identidade como uma essência de certos grupos, faz com que se crie, conseqüentemente, um procedimento de exclusão, pois ao criarmos uma base comum a certos grupos, criamos, em contrapartida, um espaço da exclusão daqueles que não se enquadram nesses grupos, portanto, a análise da identidade deve ser feita de maneira que se analise o

contexto social, utilizando a identidade como algo provisório e não de maneira ontológica. Trata-se de organizar taticamente ações políticas, tendo em vista a situação contextual da sociedade.

Não é por outra razão que Butler propõe primeiro uma análise da identidade de gênero – que seria a “verdadeira identidade”, pois a identidade de gênero seria uma experiência histórica e atributo relacional⁸² e, portanto, levaria em conta o contexto social que, em última instância, não iria reprimir qualquer grupo social, porque teria como característica repensar a todo momento quais grupos sociais estão mais vulneráveis e, assim, aplicar medidas que fizessem uma “correção” para que esses grupos não fiquem em estado de vulnerabilidade – ao invés da atual análise da identidade sexual, uma estruturação psicológica, atributo identitário e que carrega uma reação individual à diferença sexual e que, portanto, não se coloca no lugar do outro, levando junto a si ideias estabilizantes, sem mudança histórica. Segundo a autora:

Seria errado supor que a discussão sobre a “identidade” deva ser anterior à discussão de identidade de gênero, pela simples razão de que as “pessoas” só se tornam inteligíveis ao adquirir seu gênero em conformidade com padrões reconhecíveis de inteligibilidade do gênero (BUTLER, 2003, p. 37).

E por termos um mecanismo de poder que cria uma norma social e, conseqüentemente, o espaço da abjeção, teríamos que a norma social dos gêneros inteligíveis – socialmente instituídos e mantidos – por constituírem o espaço da “coerência” e da “continuidade” das “pessoas”, excluem os seres ao qual o gênero é “incoerente” ou “descontínuo”, ou seja, pessoas que não se conformam ou não se enquadram às normas de inteligibilidade culturalmente definidas. A identidade é assegurada, em última instância, por conceitos estabilizadores de sexo, gênero e sexualidade.

Judith Butler parte, então, para uma discussão sobre a “distinção” entre sexo e gênero, ao qual ela diz que “por mais que o sexo pareça intratável em termos biológicos, o gênero é culturalmente construído, conseqüentemente, não é nem o resultado causal do sexo, nem tão pouco aparentemente fixo quanto o sexo” (BUTLER, 2003, p. 24). Sendo assim, dado um sexo não seria possível definir o gênero e, nem tão menos, teríamos que, apesar de parecer que o sexo em sua morfologia e constituição seja binário – e aqui é importante ressaltar que o sexo parece ser binário, mas pode não ser também, já que mesmo no caso do sexo, essa lógica estaria, de certa

⁸² Dizer que o gênero é um atributo relacional significa dizer que gênero não deveria ser atributo identitário (de produção de identidades), ou seja, gênero como atributo relacional nos abriria para construirmos uma relação com o desejo do outro e que o gênero como atributo identitário estabeleceria uma relação individual, já que particular.

forma, excluindo os intersexos –, não há motivo para supor que o gênero tenha que ser binário também.

No entanto, não é bem assim que acontece, pois existe uma hipótese de um sistema binário de sexualidade, que cria uma relação mimética entre sexo e gênero, entre natural e norma social, em que o gênero reflete o sexo ou é por ele restrito. Sobre isso, Butler diz que “a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revelasse absolutamente nenhuma” (2003, p. 25). Isso ocorre porque o interior da nossa vida social parece fundamentar-se na normatividade que é fornecida pela natureza como algo pré-discursivo, como anterior à cultura, ou seja, a natureza é que garante a maneira como nós organizamos a nossa vida social e, sendo assim, o sexo limita as possibilidades de uma identidade sexual que não seja binária (masculino/feminino).

Segundo a autora, a distinção sexo/gênero atualmente engendradora parece pressupor de antemão uma generalização também do corpo, que é anterior ao seu significado sexual. O corpo seria um meio passivo pelo qual são inscritos significados, a partir de uma fonte cultural, ou seja, um *a priori* epistemológico da cultura estabelece a naturalidade do sexo, sendo o corpo uma inscrição cultural. Portanto, para Butler, não se trata de criar uma nova noção da distinção clássica de natureza (sexo) e cultura (gênero), mas de acabar com a noção de identidade atual.

Nesse ponto, penso ser importante ressaltar que, para Robert Stoller, o gênero é a sua *identidade sexual* escolhida e, portanto, vemos a limitação do discurso de gênero, a partir desta prática discursiva, pois o gênero como uma interpretação cultural do sexo que já é previamente dada ficaria subordinado à determinação biológica do sexo binário. Porém, como Butler ressalta: “já está claro que colocar a dualidade do sexo num domínio pré-discursivo é uma das maneiras pelas quais a estabilidade interna e a estrutura binária do sexo são eficazmente asseguradas” (2003, p. 25). É partindo dessa desconfiança profunda com relação ao pré-discursivo – que acaba, em última instância, criando uma identidade subjetiva – que Butler irá negar a distinção entre sexo e gênero, bem como a ideia de uma identidade essencialmente preestabelecida ou ontologicamente assegurada, e partirá para uma discussão mais aprofundada de maneiras como os sujeitos lidam e subvertem as normas, criando espaço para novas formas.

Ainda sobre isso, Judith Butler diz:

Se o sexo ou o gênero são fixos ou livres, é função de um discurso que, como se irá sugerir, busca estabelecer certos limites à análise ou

salvaguardar certos dogmas do humanismo como um pressuposto de qualquer análise de gênero. O *locus* de intratabilidade, tanto na noção de “sexo” como na de “gênero”, bem como no próprio significado da noção de “construção”, fornece indicações sobre as possibilidades culturais que podem e não podem ser mobilizadas por meio de quaisquer análises posteriores. Os limites da análise discursiva do gênero pressupõem e definem por antecipação as possibilidades das configurações imagináveis e realizáveis do gênero na cultura. (...) Tais limites se estabelecem sempre nos termos de um discurso cultural hegemônico, baseado em estruturas binárias que se apresentam como a linguagem da racionalidade universal (2003, p. 27-28).

Não é por outra razão que essas reflexões sobre o gênero apareceram como uma forma de “despatologizar” aquilo que até então era visto como inumano, despatologizar todas as categorias estigmatizadas, no contexto clínico, como acidentes *contranatura* ameaçadores da ordem natural ou como *não-sujeitos*, na medida em que para ser reconhecido como *sujeito* no interior da matriz heteronormativa é necessário cumprir com os critérios de inteligibilidade de gênero impostos. Logo, todas as categorias de transgêneros e intersexos são contestadas como “pessoa”, pois não se pode pensar em um ou em outro gênero, mas sim uma fluidez entre vários gêneros, o que causaria uma recomposição das figuras binárias ligadas à nossa concepção tradicional de gêneros masculino e feminino. No entanto, vale ressaltar que faz parte do processo de produção de novas formas a procura por aquilo que, até certo tempo, era visto como anormal, assim como faz parte da produção de novas normas, abrir espaço no interior da vida social para aquilo que aparece, até certo momento histórico, como desprovido de forma definida.

Porém, antes de entrar na discussão mais aprofundada sobre os mecanismos que poderiam subverter essa ordem compulsória que existe entre sexo, gênero e desejo, ou seja, existe uma hipótese que cria uma continuidade entre o seu sexo, que consequentemente, determinará o seu gênero e o tipo de desejo e/ou prática sexual permitida ou não – nesse caso, vejam como em tal conjuntura, não é possível falar de sexualidade (tanto para M. Foucault como para J. Butler) pensando em uma hipótese repressiva, na qual as normas sociais estariam reprimindo uma naturalidade que, no entanto, não pode se afirmar – penso ser importante salientar alguns aspectos da teoria do poder de Foucault – até porque é ela que vai acabar introduzindo mecanismos de subversão – mostrando como Butler se apropria dessa teoria, isto é, como essa teoria acaba criando a possibilidade de pensarmos não só a noção dos gêneros inteligíveis, que faz com que se institua e mantenha socialmente o espaço da “coerência” e da



“continuidade” das “pessoas”, constituindo, em última instância, o modelo daqueles que são considerados reconhecidamente humanos e quem não são, mas como também abre espaço para práticas subversivas, já que o poder é múltiplo e, como tal, produziria efeitos que ele não esperava.

IV

No primeiro volume da *História da sexualidade*, Foucault diz que “as relações de poder não estão em posição de superestrutura, com um simples papel de proibição ou de recondução, possuem, lá onde atuam, um papel diretamente produtor” (1988, p. 90). Vemos, portanto, que o poder não é somente coercitivo e opressivo, é inicialmente produtivo. Produz os sujeitos pelos quais age. Porém, ao pensarmos em poder apenas nos lembramos de seus aspectos negativos e regulatórios e, por isso, a teoria de poder do Foucault é interessante para Judith Butler, pois o poder como uma correlação múltipla de forças poderia produzir uma experiência transformadora:

Dizendo poder, não quero significar “o Poder”, como conjunto de instituições e aparelhos garantidores da sujeição dos cidadãos em um Estado determinado. Também não entendo poder como modo de sujeição que, por oposição à violência, tenha a forma da regra. Enfim, não entendo como um sistema geral de dominação exercida por um elemento ou grupo sobre outro e cujos efeitos, por derivações sucessivas, atravessam o corpo social inteiro. (...). Parece-me que se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de forças imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; (...) é o suporte móvel das correlações de forças que, devido a sua desigualdade, induzem continuamente estados de poder, mas sempre localizados e instáveis. Onipresença do poder: não porque tenha o privilégio de agrupar tudo sobre sua invencível unidade, mas porque se produz a cada instante, em todos os pontos, ou melhor, em toda a relação entre um ponto e outro. O poder está em toda a parte não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares (FOUCAULT, 1988, p. 88-89).

Por conta do fato de o poder possuir essa característica múltipla – já que para Foucault a concepção de um sistema soberano, em que o poder estaria concentrado nas mãos de uma única pessoa, não serviria mais nos nossos dias atuais – por provir de todas as partes, o poder cria, a todo momento, efeitos que não esperava produzir. Logo, o poder não instaura de uma vez por todas uma identidade, um lugar ou uma função e, não é por outro motivo, que há uma constante reiteração do significado de gênero, pois o processo de significação exige uma constante repetição

– trata-se de uma constante reprodução da identidade de gênero, de gestos, de discursos e comportamentos – isso porque ele é instável, como se estivesse a ponto de colocar em questão sua validade, sua verdade, mostrando desta maneira a sua arbitrariedade.

Para entender como se criou a norma na qual os gêneros se enquadraram em uma inteligibilidade, Foucault nos mostrará como é a partir dos séculos XVI e XVII que temos o início da repressão na forma de falar sobre o sexo. Repressão essa que fez com que *um* discurso se proliferasse em vários outros discursos que, no entanto, se repetiria continuamente em várias instâncias da sociedade, como por exemplo, o discurso médico, psiquiátrico e jurídico. É somente a partir do século XIX que aparece de maneira reiterada, uma verdadeira explosão discursiva sobre o sexo, segundo o filósofo, o homem ocidental havia alimentado durante mais ou menos três séculos discursos para falar tudo sobre sexo – *ofalar franco* –, porém, através de um discurso puramente analítico. Sobre isso Foucault diz:

É preciso ficar claro. Talvez tenha havido uma depuração – e bastante rigorosa – do vocabulário autorizado. Pode ser que se tenha codificado toda uma retórica da ilusão e da metáfora. Novas regras de decência, sem dúvida alguma, filtraram as palavras: polícia dos enunciados. Controle também das enunciações: definiu-se de maneira muito mais estrita onde e quando não era possível falar dele; em que situações, em quais locutores, e em que relações sociais; estabeleceram-se, assim regiões, senão de silêncio absoluto, pelo menos de tato e descrição: entre pais e filhos, por exemplo, ou educadores e alunos, padrões e serviçais. É quase certo ter havido aí toda uma economia restritiva (1988, p. 21-22).

Essa repressão na forma de falar, aliada a proliferação cada vez maior do discurso normatizante do sexo, cria a possibilidade para que no século XVIII surja, de maneira mais efetiva, todo um aparato técnico legal para que se possa incitar a falar ainda mais de sexo (cuidando, claro, para enquadrá-lo sempre na normatividade), mas não como uma forma de condená-lo ou ter que tolerá-lo, mas sim como uma forma de geri-lo, inseri-lo em um sistema de utilidade, regulá-lo para o bem de todos. Vemos, nesse momento, como cria-se todo um sistema que faz com que não haja um julgamento, mas sim uma administração do sexo e tudo que se relaciona a ele.

É a partir da proliferação e reiterada repetição de *um* discurso, que acaba se proliferando em uma multiplicidade de discursos em várias instâncias da sociedade e sobre campos do saber diverso, que temos, entre os séculos XVIII e XIX, o advento da clínica das perversões. Essa clínica,



por sua vez, criaria uma especificação dos sujeitos (sujeitos passariam a ser portadores de identidades específicas) e é desse quadro, que surge, por exemplo, os homossexuais como identidade, já que até o século XIX não existia o *homossexual*, existia, claro, como sempre houve, práticas homossexuais, agora a homossexualidade como uma categoria clínica que identificava e especificava um indivíduo, isso foi uma criação do século XIX. E é sobretudo, nesse mesmo tempo, que surge um certo conceito de inteligibilidade dos gêneros, já que é a partir desse acúmulo discursivo de mais ou menos três séculos, que visou sempre a normatização do sexo, que temos também a ideia de um discurso sobre a continuidade entre sexo, gênero, desejo e prática sexual, além de ser o início de todo um discurso clínico que criaria a base daqueles que são reconhecidamente humanos e quem não são.

Porém, como é necessária uma constante repetição da identidade, para que ela se sustente, já que o poder teria essa característica múltipla e, portanto, o poder não seria apenas repressivo, ele seria, antes de tudo, produtivo, vemos como certas práticas de repetição poderiam subverter a ordem dos gêneros pré-concebidos na ordem do binário, para um poder que, para além de repressor, seria produtivo e que causaria um deslocamento dessa estrutura.

No entanto, é necessário observar que não seriam todas as práticas de repetição que poderiam causar um deslocamento do poder. A repetição que poderia surtir efeito seria aquela que não fosse apenas mimética, ou seja, que não fosse apenas uma reconsolidação das identidades naturalizadas, que cria, por sua vez, uma imposição das superfícies corporais como também sendo naturais. Butler utiliza, portanto, as práticas *performáticas*, que seriam por essência desnaturalizantes, com essa função porque, ao pensar em práticas *performáticas* de gênero, pensaríamos, por exemplo, em *drag queens*, *crossdressing*, transexuais e travestis como uma dupla inversão que consiste em embaralhar a distinção essência/aparência para afirmar, ao mesmo tempo, que a aparência exterior é feminina, mas a essência interior (o corpo) é masculina, assim como também podem afirmar que a aparência exterior é masculina (o corpo), mas a essência interior é feminina.⁸³ A aparência é elevada ao grau de simulacro que desorienta a noção de identidade e representação. Sobre isso:

Em outras palavras, atos, gestos e desejo produzem o efeito de um núcleo ou substância interna, mas o produzem *na superfície* do corpo, por meio de ausências significantes, que sugerem, mas nunca revelam o princípio organizador da identidade como causa. Esses atos, gestos

⁸³ Para desenvolver o conceito de paródia e performance foi essencial, para mim, fazer a leitura do artigo do Professor Vladimir Safatle: Sexo, simulacro e políticas de paródia.

e atuações, entendidos em termos gerais, são *performativos*, no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar são *fabricações* manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos. O fato de o corpo gênero ser marcado pelo *performativo* sugere que ele não tem *status* ontológico separado dos vários atos que constituem sua realidade. Isso também sugere que, se a realidade é fabricada como uma essência interna, essa própria interioridade é efeito em função de um discurso decididamente social e público, da regulação pública da fantasia pela política de superfície do corpo, do controle da fronteira do gênero que diferencia interno de externo e, assim, institui a “integridade” do sujeito. Em outras palavras, os atos e gestos, os desejos articulados e postos em ato criam a ilusão de um núcleo interno e organizador do gênero, ilusão mantida discursivamente com o propósito de regular a sexualidade nos termos da estrutura obrigatória da heterossexualidade reprodutora (BUTLER, 2003, p. 194-195).

Práticas de paródia levada a cabo pelas *drag queens*, por exemplo, ou ainda práticas como a das “*queers* (mulheres masculinizadas que escolhem homens homossexuais, realizando com isso escolhas heterossexuais de objeto que não se organizam mais como escolhas heterossexuais)” (SAFATLE, 2006) ou ainda “práticas como *strapon* (casais heterossexuais que invertem seus papéis sexuais)” (SAFATLE, 2006), fariam uma crítica da reiteração de gênero tida como binária, inaugurando também um deslocamento da identidade, criando um espaço de abertura para a produção de ressignificações capazes de se espalharem pela malha social.

Sobre a questão da paródia, Judith Butler trabalha a discussão sobre a *imitação* que seriam as *cópias* como as *drag queens* e o “original”, que seriam os “verdadeiros” possuidores do sexo – como anatomia. Porém, para a autora essa relação é muito mais complexa do que essa análise procura fazer porque, segundo Butler, a noção de paródia empregada por ela não presumiria a existência de um original e que essas identidades parodiadas imitem esse tal “original”. A paródia é a da própria ideia de um original. Práticas parodísticas teriam a força de causar um deslocamento que já é próprio da fluidez das identidades, mostrando, desta forma, que não existe identidade de gênero naturalizada ou essencializada. Trata-se de uma produção que se coloca como imitação. Sobre isso:

A performancedo drag brinca com a distinção entre a anatomia do performista e o gênero que está sendo performado. (...). Ao imitar o gênero, o drag revela implicitamente a estrutura imitativa do próprio gênero – assim como sua contingência (BUTLER, 2003, p. 196).



Teríamos também como outro tipo de prática possível a incorporação por certos grupos sociais que, até então, eram constrangidos por um termo, assumirem esses termos para si, fazendo um processo de ressignificação do termo, pois não se trata de criar novas identidades – e por isso Judith Butler ressalta que não tem como objetivo cunhar novas identidades, mas sim acabar com a noção de identidade atual – trata-se de tirar do poder seus instrumentos, ou seja, não se trata de criar novos termos, mas sim de tirar a força excludente de certas estratégias e dispositivos do poder, mostrando como esse discurso lê de uma forma tal que limita as possibilidades de um discurso mais aprofundado sobre o gênero.

Como exemplo do dito acima podemos citar o termo inglês *Queer*, que era utilizado no século XVI para designar o que é “estranho”, “excêntrico”, “peculiar”, mas que sofreu mudança, a partir do século XIX, e passou a ser um xingamento para homossexuais e pessoas com comportamentos sexuais aparentemente desviantes. Porém, a partir da década de oitenta temos a apropriação do termo por certos grupos específicos do movimento LGBT, fazendo um processo de ressignificação no qual o termo anteriormente pejorativo é desativado por meio da afirmação daqueles ao qual eram endereçados tais termos.

É importante ressaltar que a incorporação do termo *Queer* – utilizado pela primeira vez por Teresa De Lauretis – tinha como objetivo tático descrever um outro lado da luta pelo reconhecimento, não mais centrado na ideia de identidades particulares e, por esse motivo o termo aparece, por não ser um termo *identitário* por excelência, pois, não se enquadra em nenhuma categoria, diferente de termos como o gay, o bissexual e transexual, por exemplo. Não por outra razão, o termo só foi aceito e incorporado por certos grupos LGBT, permitindo também uma mudança do pensamento e da sigla, ainda não muito utilizada pelo próprio movimento, para LGBTTQIA (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Queer, Intersexos e Assexuais), mostrando, dessa maneira, como há uma descontinuidade entre os estudos Gays e Lésbicos em relação a esse novo modelo proposto centrado não mais na defesa das identidades.

V

Como vimos, existe uma produção disciplinar do gênero que cria uma espécie de proibição que produz a identidade de gênero “nas grades culturalmente inteligíveis de uma heterossexualidade idealizada e compulsória” (BUTLER, 2003, p. 194) que leva, em última instância, a uma falsa ideia de estabilização do gênero, por conta de todo um aparato que cria uma coerência do gênero. Sobre isso Butler diz:

A construção da coerência oculta as descontinuidades do gênero, que grassam nos contextos heterossexuais, bissexuais, gays e lésbicos, nos quais o gênero não decorre necessariamente do sexo, e o desejo, ou a sexualidade em geral, não parece decorrer do gênero (...). Quando a desorganização e desagregação do campo dos corpos rompe a ficção reguladora da coerência heterossexual, parece que o modelo expressivo perde sua força descritiva. O ideal regulador é então denunciado como norma e ficção que se disfarça de lei do desenvolvimento a regular o campo sexual que se propõe descrever (2003, p. 194).

Tudo ocorre, portanto, como se a verdade interna do gênero fosse fabricada e, logo, teríamos que o gênero verdadeiro seria uma fantasia instituída e mantida. A partir disto, Butler diz que “os gêneros não podem ser nem verdadeiros nem falsos, mas somente produzidos como efeitos da verdade de um discurso sobre a identidade primária e estável” (2003, p. 195).

A proposta de Judith Butler de sairmos do universo da identidade, ou seja, de utilizarmos a noção de identidade provisoriamente, já que a identidade de gênero não deveria ser uma determinação essencial dos sujeitos, mas sim um artifício provisório – vemos, assim como gênero é para Butler um atributo relacional e não de produção de identidades – e que teria a característica, portanto, de pensar a todo momento quem são os grupos sociais mais vulneráveis, para assim aplicar medidas que mudassem esse quadro de exclusão, já que faz parte da plasticidade da vida social constituir, a todo momento, a norma e o espaço da exclusão por meio de uma multiplicidade de poder que gera efeitos que esse mesmo poder não esperava produzir.

Portanto, vemos como o significado de gênero é totalmente instável, pois somente se sustenta por intermédio de uma série de repetições de gestos, de discursos e de comportamentos, mostrando como essa essencialização do sexo binário nada mais é do que falsa, bem como sua noção de identidade.

Não é à toa que Butler propõe como um dos aspectos subversivos dessa lei natural do sexo as práticas parodísticas, pois segundo a autora:

As práticas parodísticas podem servir para reconvocar e reconsolidar a própria distinção entre uma configuração de gênero privilegiada e outra que parece derivada, fantasística e mimética – uma cópia mal feita, por assim dizer. E é certo que a paródia tem sido usada para promover uma política de desesperança que afirma a exclusão aparentemente inevitável dos gêneros marginais do território do natural e do real. Todavia, essa impossibilidade de tornar-se real” e de encarar “o natural” é, diria eu, uma falha constitutiva de todas as imposições do gênero, pela razão mesma de

que esses lugares ontológicos são fundamentalmente inabitáveis. Consequentemente, há um riso subversivo no efeito de pastiche das práticas parodísticas em que o original, o autêntico e o real são eles próprios constituídos como efeitos. A perda das normas do gênero teria o efeito de fazer proliferarem as configurações de gênero, desestabilizar as identidades subversivas e despojar as narrativas naturalizantes da heterossexualidade compulsória de seus protagonistas centrais: os “homens” e “mulheres” (BUTLER, 2003, p. 210-211).

Vemos como a repetição parodística ou performática do gênero denuncia, desta forma, a ilusão da identidade de gênero atualmente produzida como sendo uma normatividade natural e não como aquilo que é provido de uma relação social de poder onde as categorias de identidade são frequentemente presumidas, fazendo com que trabalhem sempre no sentido de limitar e de restringir de antemão as possibilidades culturais de gênero que podem e não podem existir.

Tentei mostrar que no discurso moderno das categorias de identidade lê-se o discurso de tal maneira que restringe a àquilo que é tido como o “original”. Existe uma ordem compulsória do sexo, gênero, prática sexual e desejo. Essa ordem existe mesmo em discursos que pretendem fazer uma distinção entre o sexo e gênero, pois a identidade tomada do jeito que é hoje seria um termo fixo, estabilizante. Mostra-se, desta maneira, como o discurso assim engendrado limitaria as possibilidades de uma discussão do gênero que não fosse a binária e isso ocorreria porque existe uma mimese entre natureza e norma social que, em última instância, é por meio da natureza que nós organizamos a nossas normas sociais. Trata-se, em suma, de desnaturalizar a natureza que rege a nossa vida social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Trad. R. Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade: volume I*. Trad. Maria Thereza da C. Albuquerque/J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- SAFATLE, V. Disciplina FLF0115. *Introdução à Filosofia I: Erotismo, sexualidade e gênero*. Ministrada no Primeiro Semestre de 2014. Disponível em: https://www.academia.edu/8674660/Curso_Integral_Erotismo_sexualidade_e_g%C3%AAnero_sobre_Bataille_Foucault_e_Judith_Butler_-_2014

_____. *Sexo, simulacro e políticas da paródia*. In: Rev. Dep. Psicol. UFF, Niterói, v. 18, n. 1, jan. /jun. 2006. Não paginado. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-80232006000100004

STOLLER, R. *Sex and gender: the development of masculinity and femininity*. New York: Science House; 1968.